P9_TA(2023)0240

Tortura e ação penal de que são alvo os menores ucranianos Tihran Ohannisian e Mykyta Khanhanov por parte da Federação da Rússia

Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de junho de 2023, sobre a tortura e o ação penal de que são alvo os menores ucranianos Tihran Ohannisian e Mykyta Khanhanov por parte da Federação da Rússia (2023/2735(RSP))

(C/2024/485)

O Parlamento Europeu,

— Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança,

— Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Rússia e a Ucrânia,

— Tendo em conta o artigo 144.º, n.º 5, e o artigo 132.º, n.º 4, do seu Regimento,

A. Considerando que, em 24 de maio de 2023, a Comissão de Investigação da Federação da Rússia apresentou acusações contra Tihran Ohannisian e Mykyta Khanhanov, nascidos em 2006, alegando que tinham planeado uma sabotagem da via férrea em Berdyansk; considerando que os menores arriscam até 20 anos de prisão ao abrigo do artigo 281.º do Código Penal russo e não receberam assistência jurídica adequada;

B. Considerando que o ação penal contra Ohannisian e Khanhanov foi precedido de meses de interrogatórios brutais por parte das autoridades russas, com início em 30 de setembro de 2022, nos quais estes menores foram espancados e submetidos a tortura com choques elétricos para obter confissões, e que as suas famílias foram também assediadas;

C. Considerando que numerosos relatos indicam que as autoridades russas continuam a oprimir as crianças ucranianas, as vítimas mais vulneráveis da guerra de agressão da Rússia;

D. Considerando que, de acordo com a plataforma ucraniana «Children of War» e também com a UNICEF, em resultado da invasão da Ucrânia pela Rússia, pelo menos 488 crianças ucranianas foram mortas, mais de 1 016 ficaram feridas, cerca de 19 500 foram deportadas para a Rússia e 3 924 foram dadas como desaparecidas; considerando que o recente relatório do Mecanismo de Moscovo corroborou este fenómeno;

1. Exige o arquivamento imediato do processo e a rejeição de todas as acusações contra Ohannisian e Khanhano, assim como a sua libertação imediata; exorta o Comité Internacional da Cruz Vermelha a facilitar o seu regresso seguro ao território controlado pela Ucrânia; insta o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Violência contra as Crianças a investigar este caso; solicita que os responsáveis pela ação penal sejam adicionados à lista de sanções da UE; apela à libertação de todos os cidadãos ucranianos ilegalmente detidos pela Rússia;

2. Condena o facto de a Rússia visar deliberadamente crianças ucranianas através de medidas como transferências forçadas para território ucraniano temporariamente ocupado pela Rússia, deportações ilegais para a Rússia e a Bielorrússia, adoções ilegais e tentativas de impor uma «reeducação»; reitera o seu apelo à Comissão e ao Conselho para que adotem um pacote UE-Ucrânia de proteção das crianças que fogem ou são afetadas pela guerra;

3. Condena a prática de visar, perseguir e torturar crianças em situações de conflito armado, assim como os ataques diretos contra bens protegidos pelo direito internacional, nomeadamente escolas e hospitais;

4. Solicita à Comissão e ao Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que intensifiquem esforços para prevenir e pôr termo às graves violações cometidas contra as crianças afetadas por conflitos armados; frisa a importância de fazer avançar a agenda relativa às crianças e aos conflitos armados na ação externa e nas políticas de luta contra o terrorismo e de segurança da UE, bem como de a integrar nas operações da política comum de segurança e defesa, nas reformas do setor da segurança e na mediação;

5. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Violência contra as Crianças, ao Comité Internacional da Cruz Vermelha, ao Governo da Federação da Rússia e às autoridades bielorrussas.